



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOCIELEN SOUZA FERNANDES

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS CONSELHOS REGIONAIS DE
CONTABILIDADE DA REGIÃO NORDESTE**

**JOÃO PESSOA/PB
2018**

JOCIELEN SOUZA FERNANDES

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS CONSELHOS REGIONAIS DE
CONTABILIDADE DA REGIÃO NORDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Finanças e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador Prof: Me. Edson Franco de Moraes.

**JOÃO PESSOA/PB
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S719t Souza Fernandes, Jocielen.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS CONSELHOS REGIONAIS DE
CONTABILIDADE DA REGIÃO NORDESTE / Jocielen Souza Fernandes. –
João Pessoa, 2018.
42f.: il.

Orientador(a): Profº Msc. Edson Franco de Moraes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Transparência. 2. Conselhos Regionais de Contabilidade. 3.
Administração Pública. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:657(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

JOCIELEN SOUZA FERNANDES


**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS CONSELHOS REGIONAIS DE
CONTABILIDADE DA REGIÃO NORDESTE.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

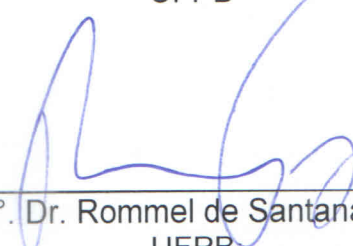
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof.º Me. Edson Franco de Moraes
UFPB



Prof.º Me. Marcelo Pinheiro de Lucena
UFPB



Prof.º Dr. Rommel de Santana Freire
UFPB

João Pessoa, 02 de junho de 2018.

Dedico ao meu Deus, que me deu forças para chegar até aqui, a minha mãe, pelo amor, pela educação, pelos valores e tantas coisas boas que sempre me passou, a minha irmã por sempre dizer que eu sou capaz, ao meu noivo, por todo apoio e amor que sempre me dedicou e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer a Deus por sua graça que não tem fim, e por ter me ajudado durante todos esses anos a chegar até aqui, sem Ele nada disso seria possível.

A minha mãe Risolene por ser a mulher mais incrível desse mundo, e por sempre ter cuidado de mim me mostrando valores e me ensinado que sempre temos que ser fortes e guerreiras para alcançar nossos sonhos.

Ao meu noivo Gian Carlos que sempre esteve ao meu lado em todas os momentos que precisei, sendo compreensivo, carinhoso e amigo. Obrigado por todas as vezes que me acalmou e me ouviu.

A minha irmã Rebecka Fernandes que sempre me diz que sou capaz de alcançar meus sonhos e objetivos.

Aos meus avós por todo seu carinho e ensinamentos, em especial a minha avó Rosanira dos Santos (em memória) que estará sempre em meu coração e memórias.

A todos meus amigos da UFPB que estiveram ao meu lado durante toda minha graduação, vocês tornaram tudo isso mais fácil e divertido. Vocês são incríveis, sucesso é o que desejo a todos vocês.

A toda equipe da Contabilize Assessoria Contábil que me deu a oportunidade de aprender e crescer profissionalmente, vocês foram fundamentais no meu crescimento profissional.

Ao meu orientador Edson Franco, por ter contribuído e colaborado para que isso fosse possível.

Por fim gostaria de agradecer a todos que fazem e fizeram parte da minha história, e que me ajudaram de forma direta ou indireta a chegar até aqui.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral verificar se os Conselhos Regionais de Contabilidade estão atendendo aos parâmetros da Lei nº 12.527/11 através do Decreto nº 7.724/12. A metodologia utilizada nesta pesquisa quanto aos seus objetivos foi de caráter descritivo; quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica; quanto à abordagem do problema, o estudo se enquadra como qualitativo. A amostra deste estudo engloba 9 Conselhos Regionais de Contabilidade da Região Nordeste do Brasil. A coleta de dados para a pesquisa, foi realizada nos portais eletrônicos dos CRCs, através de *checklist* com 17 quesitos que foi elaborado com base nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 7.724/12. O resultado da pesquisa mostrou que os Conselhos atenderam a maior parte dos parâmetros da Lei nº 12.527/11 e seu Decreto e que todos os portais observados obtiveram entre 9 e 13 pontos o que foi considerado um índice satisfatório de divulgação. Os conselhos que obtiveram as melhores pontuações foram os CRC-AL, CRC-PE e o CRC-SE empatados com 13 pontos, e o com menor pontuação foi o CRC-PI com 11 pontos. Concluiu-se que apesar de atenderem a maior parte dos quesitos, os CRCs deixaram de cumprir alguns quesitos importantes como, por exemplo, a acessibilidade que não foi atendida em nenhum dos portais eletrônicos, e que a transparência nos portais eletrônicos dos Conselhos Regionais de Contabilidade tem muito a se melhorar, devendo os CRCs buscarem atender por completo os parâmetros da LAI.

Palavras Chave: Transparência. Conselhos Regionais de Contabilidade. Administração Pública.

ABSTRACT

This work had as general objective to verify if the Regional Councils of Accounting are meeting the parameters of the Law No. 12.27/11 through Decree No. 7.724/12. The methodology used in this research regarding its objectives was descriptive; with regard to procedures, is characterized as a bibliographical research; approach to the problem, the study is qualitative. The sample of this study encompasses 9 Regional Councils of Accounting of the Northeastern Region of Brazil. The data collection for the research was carried out in the electronic portals of the CRCs, through a checklist with 17 questions that was elaborated based on articles 7 and 8 of Decree No. 7.724/12. The results of the research showed that the Councils met most of the parameters of Law No. 12,527/11 and its Decree and that all the observed portals obtained between 9 and 13 points, which was considered a satisfactory index of disclosure. The Accounting Councils that obtained the best scores were the CRC-AL, CRC-PE and the CRC-SE tied with 13 points, and the lowest score was the CRC-PI with 11 points. It was concluded that despite meeting most of the requirements, CRCs failed to meet some important requirements such as accessibility that was not met in any of the electronic portals, and that transparency in the electronic portals of the Regional Accounting Councils has much to do with CRCs should seek to fully meet the LAI.

Keywords: Transparency. Regional Accounting Councils. Public Administration.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Informações sobre licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas.... | 30 |
| Gráfico 2 - Principais perguntas e respostas..... | 31 |
| Gráfico 3 - Divulgação das informações nos portais eletrônicos | 34 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Quesitos utilizados para a coleta de dados | 24 |
| Quadro 2 – Pontuação conforme grau de atendimento..... | 25 |
| Quadro 3 – Nível de divulgação dos CRCs | 25 |
| Quadro 4 – Endereços eletrônicos dos CRCs..... | 26 |
| Quadro 5 - Pontuação total dos CRCs | 36 |
| Quadro 6 - Ranking de pontuação | 37 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| CFC | - Conselho Federal de Contabilidade |
| CRCs | - Conselhos Regionais de Contabilidade |
| CRFB | - Constituição da República Federativa do Brasil |
| DL | - Decreto-Lei |
| EUA | - Estados Unidos da América |
| e - SIC | - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações a Cidadão |
| IBP | - International Budget Partnership |
| LAI | - Lei de Acesso à Informação |
| SIC | - Sistema de Informação ao Cidadão |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 Tema e Problema de Pesquisa..... | 12 |
| 1.2 Objetivos | 13 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 13 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 13 |
| 1.3 Justificativa..... | 14 |
| 2 REFERENCIAL TEORICO..... | 15 |
| 2.1 Transparência no Setor Público | 15 |
| 2.1.1 Lei de Acesso à Informação – LAI..... | 15 |
| 2.2 Estrutura da Administração Pública..... | 18 |
| 2.2.1 Autarquias | 19 |
| 2.3 Conselhos de Fiscalização Profissional | 19 |
| 2.4 Transparência nos CFC/CRCs através das Resoluções CFC nº 1.439/2013 e 1.469/2014 | 20 |
| 3 METODOLOGIA | 23 |
| 3.1 Tipologia de Pesquisa..... | 23 |
| 3.2 Procedimentos metodológicos | 23 |
| 3.3 População e Amostra..... | 25 |
| 4 RESULTADOS..... | 27 |
| 4.1 Conformidade com os Parâmetros da LAI | 27 |
| 4.1.1 Quesito 1 | 27 |
| 4.1.2 Quesito 2 | 27 |
| 4.1.3 Quesito 3 | 28 |
| 4.1.4 Quesito 4 | 28 |
| 4.1.5 Quesito 5 | 28 |
| 4.1.6 Quesito 6 | 29 |
| 4.1.7 Quesito 7 | 29 |
| 4.1.8 Quesito 8 | 30 |
| 4.1.9 Quesito 9 | 31 |
| 4.1.10 Quesito 10 | 31 |
| 4.1.11 Quesito 11 | 32 |
| 4.1.12 Quesito 12 | 32 |

| | |
|---|-----------|
| 4.1.13 Quesito 13 | 32 |
| 4.1.14 Quesito 14 | 33 |
| 4.1.15 Quesito 15 | 33 |
| 4.1.16 Quesito 16 | 33 |
| 4.1.17 Quesito 17 | 34 |
| 4.1.18 Resultado Geral | 34 |
| 4.2 Nível de Divulgação dos CRCs | 35 |
| 5 CONCLUSÃO | 38 |
| REFERÊNCIAS..... | 39 |

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública pode ser observada desde a Constituição de 1988 no artigo 37, onde entre um dos princípios que a Administração Pública deve atender, está o princípio da publicidade, e também no Artigo 5 inciso XXXIII, onde está previsto que todos tem direito a receber informação dos órgãos públicos. Os cidadãos brasileiros têm direito a informações claras e relevantes por parte da Administração Pública, sobre o modo como vem sendo gasto os recursos públicos que lhe são cabíveis.

Apesar de ser um direito presente desde 1988 na CRFB, levou 23 anos para ser criada uma Lei que regulamentasse esse direito. Em 2011 com o objetivo de regulamentar o acesso à informação na atividade administrativa, e impor novas responsabilidades para os órgãos públicos, foi criada a Lei nº 12.527 - Lei de Acesso a Informação (LAI), que traz o acesso à informação como regra e o sigilo como exceção. "A LAI reforça o direito que todos têm de receber dos órgãos públicos informações de interesse pessoal e coletivo, efetivando o direito constitucional do cidadão de acesso a informação"(MIRANDA, 2016, p. 5).

A LAI foi regulamentada em 2012, com a publicação do Decreto nº 7.724, através da LAI passou a vigorar uma nova fase da transparência pública no Brasil, onde as informações são divulgadas em meios de fácil acesso sem que necessariamente o cidadão solicite as informações, permitindo assim uma maior participação da sociedade na Administração Pública.

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Com o intuito de se ter uma maior eficiência na fiscalização de algumas profissões a União criou os Conselhos de Fiscalização Profissional, que tornaram o poder fiscalizador descentralizado. Os Conselhos de Fiscalização Profissional foram criados através de Lei, caracterizando-se juridicamente como autarquias, dotados de personalidade jurídica de direito público (COSTA; VALENTE, 2008). As autarquias fazem parte da Administração Pública indireta e não estão diretamente ligadas ao Estado.

No Artigo 2º da Lei 11.000/2004 fica estabelecido que os Conselhos de Fiscalização Profissional estão autorizados a fixar, cobrar e executar contribuições

parafiscais, essas contribuições são geralmente cobradas através de anuidades pagas pelos profissionais registrados nos Conselhos, e constitui em receitas próprias para os Conselhos.

Os Conselhos de Fiscalização Profissional por se tratarem de autarquias, estão dentro das entidades abrangidas pela Lei nº 12.527/11 e seu Decreto 7.724/12. Os Conselhos devem então, ter transparência em suas atividades, disponibilizar as informações estabelecidas pela Lei em vias de fácil acesso e criar Sistemas de Informação ao Cidadão.

Diante dos fatores que foram apresentados, esse estudo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: **Os Conselhos Regionais de Contabilidade estão atendendo aos parâmetros da Lei nº 12.527/11 através do Decreto 7.724/12?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral verificar se os Conselhos Regionais de Contabilidade estão atendendo aos parâmetros da Lei nº 12.527/11 através do Decreto 7.724/12.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral proposto, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Estudar a estrutura dos Conselhos de Fiscalização Profissional dentro da Administração Pública;
- Verificar se os Conselhos Regionais de Contabilidade estão divulgando as informações exigidas pelo Decreto 7.724/12;
- Estabelecer o nível de divulgação das informações publicadas pelos CRCs.

1.3 Justificativa

A justificativa da pesquisa se dá, pois, os Conselhos Regionais de Contabilidade são autarquias especiais e entes da Administração Pública que estão autorizados a recolher contribuições parafiscais, por arrecadarem e administrarem esses recursos públicos, e fazerem parte do Sistema CFC/CRCs, os Conselhos devem seguir os parâmetros da Lei nº 12.527/11 e do seu Decreto nº 7.724/12, tendo assim, transparência nas suas atividades.

Os Conselhos Regionais de Contabilidade possuem uma regulamentação específica sobre transparência que é a Resolução CFC Nº 1.439/2013, essa Resolução regulamenta a implementação da Lei nº 12.527/11 no CFC e CRCs, obrigando assim os conselhos terem um nível mínimo de transparência.

Faz-se necessário uma regulamentação desses conselhos em relação a transparência e a uma gestão mais eficiente e eficaz, tendo em vista que são órgãos públicos, e que fiscalizam e regulamentam a profissão contábil.

É válido observar se os Conselhos estão de acordo com as leis e regulamentos a eles impostos, pois é direito do cidadão saber se os órgãos públicos estão seguindo as Leis, o cidadão precisa estar bem informado, para buscar seus direitos.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Transparência no Setor Público

Ter transparência no uso dos recursos públicos e informações claras e relevantes é necessário para que os cidadãos conheçam quais são os seus direitos reivindiquem por eles, e sejam assegurados de que os gestores públicos estão fazendo uma boa destinação dos recursos públicos.

Tendo em vista isso, o Brasil tem diversas bases legais que foram criadas ao longo dos anos com o objetivo de aumentar e assegurar a transparência na dimensão pública, querendo destacar-se a Lei nº 12.527 de 2011 – Lei de Acesso a Informação (LAI) que reforçou a transparência e a divulgação de informações aos cidadãos.

2.1.1 Lei de Acesso à Informação (LAI)

Em 2011 foi criada a Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), regulamentando o Artigo 5º da Constituição Federal, que dá o direito constitucional de acesso às informações públicas. A Lei nº 12.527/11 entrou em vigor em 16 de maio de 2012 através do Decreto nº 7.724 que regulamenta a implementação da referida Lei.

A LAI trouxe a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção (BRASIL, 2011), fazendo assim que os órgãos públicos sejam obrigados a disponibilizarem aos cidadãos, informações de interesse público mesmo que não haja requerimentos ou apresentação de motivos por parte dos cidadãos, em meios eletrônicos. De acordo com Jardim (2012, p.18):

É uma oportunidade histórica para a sociedade e o Estado brasileiros aprovação de uma Lei de Acesso à Informação pública (LAI) após 23 anos de uma Constituição que consagrou os princípios do direito à informação e do dever da administração pública na gestão e acesso a documentos, sucedida por dispositivos legais regulamentadores que jamais foram implementados.

Apesar de já haver outros dispositivos legais adotados antes da promulgação da LAI que tratassem da transparência, somente através da LAI que se vem de fato

aplicando e concretizando ações para que se promova a transparência administrativa em todas as esferas da Administração Pública, já que seus dispositivos são aplicáveis ao Executivo, Legislativo e Judiciário (ROSA, 2014). A LAI trouxe mudanças significativas na divulgação das informações dos atos da gestão pública, pois tornou obrigatório que as prestações de contas das ações do governo estejam acessíveis a sociedade nos Portais de Transparência, que tem sido uma ferramenta essencial na evolução da transparência no Brasil.

O Art. 1º da Lei 12.527/11 diz que os procedimentos existentes nela devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e ainda que:

Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, LEI Nº 12.527, 2011).

Todos estes órgãos devem seguir a LAI e seu Decreto, e divulgar em local de fácil acesso informações de interesse público, independentemente de haver requerimentos. O Decreto nº 7.724/12 que regulamente a LAI traz diversos itens que devem ser observados pelos Órgãos Públicos, querendo dar maior destaque no presente trabalho as informações exigidas no art. 7º e 8º do Decreto. O art. 7º do Decreto nº 7.724/12 estabelece que é dever dos órgãos e entidades fazer a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral, que deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações e um banner na página inicial que dará acesso a essa seção, e também barra de identidade do Governo federal, contendo ferramenta de redirecionamento de página para o Portal Brasil e para o sítio principal sobre a Lei nº 12.527/11. As informações que devem ser divulgadas pelos os Órgãos em seção específica são:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira detalhada;

- V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, **jetons** e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- ~~VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e~~
- ~~- VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.~~
- VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;
- VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC; e
- IX - programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 7.724, 2012).

Não basta apenas que os órgãos divulguem essas informações em sítios na internet, para que todos os cidadãos tenham um melhor acesso e compreensão dessas informações, o art. 8º do Decreto nº 7.724 traz normas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que os órgãos públicos devem seguir. Os sítios na internet devem atender aos seguintes requisitos:

- I - conter formulário para pedido de acesso à informação;
- II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- V - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- VI - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e
- VIII - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 7.724, 2012)

Todos esses mecanismos que foram trazidos pela LAI possibilitam que o Brasil tenha melhorado significativamente seus níveis de transparência pública. Segundo pesquisa realizada e publicada recentemente pelo *International Budget Partnership* (IBP) em 2017 o Brasil ocupava a posição 07 no Índice de Orçamento Aberto (Open Budget Index) 2017, ficando empatado com EUA, isso mostra que o Brasil é considerado um País com boa divulgação de dados orçamentários.

A LAI além de contemplar a transparência ativa, que é quando o maior número de informações de interesse público é espontaneamente divulgado, contempla também a transparência passiva. Na transparência passiva as informações são divulgadas mediante solicitações realizadas pela sociedade civil, empresas ou qualquer cidadão, em seu Art. 9º a LAI determina os órgãos públicos a realizarem a criação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), permitindo assim, que os órgãos públicos exerçam a transparência passiva. O SIC deverá atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações (BRASIL, 2011), os SICs devem ser instalados em unidades físicas identificadas, que tenha fácil acesso e sejam abertas ao público.

2.2 Estrutura da Administração Pública

A Administração Pública é o conjunto de funções que organiza a administração em todas as suas instâncias a fim de promover de uma forma geral, o bom gerenciamento dos recursos públicos e garantir a satisfação das necessidades coletivas de grupos específicos ou da população geral (BATISTA, 2016).

Segundo Meirelles (2013) a Administração Pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para se alcançar os objetivos do Governo, no sentido material, é o conjunto geral das funções necessárias aos serviços públicos, e em uma visão global, a Administração é todo o aparelhamento do Estado ordenado antecipadamente a realizar seus serviços, buscando a satisfação das necessidades coletivas. Conforme o art. 37, XIX, da CRFB e do art. 4.º, II, do DL n.º 200/1967, em seu sentido formal ou subjetivo a Administração Pública se divide em Administração Pública Direta e Indireta.

A Administração Direta é constituída dos serviços integrados à estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, ela "atua diretamente por meio dos seus Órgãos, isto é, das unidades que são simples repartições interiores de sua pessoa e que por isto dele não se distinguem" (MELLO, 2004, p.130), ou seja, a Administração Direta atua de forma centralizada.

A Administração Pública Indireta é composta por entidades do Direito Público e Privado, essas entidades possuem autonomia e personalidade jurídica própria.

Segundo Paludo (2017) as entidades da Administração indireta exercem de forma descentralizada as atividades administrativas ou a exploração de atividade econômica, e encontram-se vinculadas aos órgãos da Administração direta, em regra, quando prestam serviços públicos ou de interesse público são denominadas autarquias ou fundações, e quando exploram a atividade econômica referem-se às empresas públicas e sociedades de economia mista. Compõe a Administração Pública Indireta as Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e fundações públicas.

2.2.1 Autarquias

As autarquias são pessoas jurídicas administrativas que prestam serviços públicos e executam atividades típicas do Estado de forma descentralizada. As autarquias são criadas por lei específica, elas possuem personalidade jurídica própria de Direito Público, seus patrimônios e receitas são próprios, e possuem autonomia financeira e administrativa.

É um segmento da atividade estatal que não está sujeito ao poder hierárquico, pois integra a Administração descentralizada e atua com regalias necessárias à realização de suas finalidades, possuem os mesmos fins do Estado, porém, para realizá-los, age com autonomia financeira, administrativa e disciplinar (PALUDO, 2017).

2.3 Conselhos de Fiscalização Profissional

A Constituição Federal estabelece no art. 5º, inciso XIII, o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que sejam atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. O Estado entende que algumas profissões devem ser regulamentadas e fiscalizadas, seja pela profissão requerer qualificações profissionais ou pela possibilidade de seu exercício trazer sério dano social, com riscos à segurança, à integridade física e à saúde. Visando uma maior eficiência nas fiscalizações do exercício dessas profissões a União descentralizou esse poder fiscalizador através da criação dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Os Conselhos de Fiscalização Profissional são autarquias especiais corporativas, dotadas de personalidade jurídica de direito público e entes da

Administração Pública Indireta, por fazerem parte da Administração Pública Indireta não estão ligados diretamente ao Estado. Assim como as demais autarquias os Conselhos de Fiscalização Profissional são autônomos, e possuem patrimônio e receitas próprias para executar atividades típicas da Administração Pública.

Ficou estabelecido no Artigo 2º da Lei 11.000/2004 que os Conselhos de Fiscalização Profissional estão autorizados a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais para pessoas físicas ou jurídicas e fixar preços de serviços relacionados com suas atribuições legais, esses valores arrecadados através das contribuições constituirão as receitas próprias de cada Conselho.

As anuidades pagas aos Conselhos Profissionais são contribuições parafiscais, "sua nomenclatura com o prefixo "para" indica que os valores não são canalizados diretamente para os cofres do Estado, mas sim para entidades paralelas a ele" (SCHOTT, 2016, p. 08). Fernandes (2012) disse que as contribuições que são impostas aos profissionais, chamadas normalmente de anuidades, têm evidente natureza de tributo. O tributo "é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada" (BRASIL, 1966).

2.4 Transparência nos CFC/CRCs através das Resoluções CFC nº 1.439/2013 e 1.469/2014

As autarquias fazem parte das entidades abrangida pelos procedimentos da Lei nº 12.527/11. Tendo em vista que os Conselhos de Fiscalização profissional são autarquias e prestarem serviços de natureza pública à sociedade, eles também devem observar e seguir os procedimentos existentes na Lei nº 12.527/11. Como forma de regulamentar a implementação da LAI nos Conselhos Regionais de Contabilidade o Conselho Federal de Contabilidade editou uma Resolução específica, a Resolução CFC Nº 1.439/13.

O Conselho Federal de Contabilidade é a entidade responsável pela fiscalização do exercício da profissão contábil no Brasil, ele foi criado juntamente com os CRCs através da publicação do Decreto-Lei nº 9.295, em 27 de maio de 1946. Segundo o Art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295 são atribuições do Conselho Federal de Contabilidade, organizar seu regimento interno; aprovar os regimentos

interno organizado pelos Conselhos Regionais, modificando o que for necessário para manter a unidade de ação; ter conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las; decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais e publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.

A Resolução CFC Nº 1.439/13 que posteriormente teve alguns itens alterados pela Resolução CFC Nº 1.469/14, trouxe requisitos mínimos de transparência que os Conselhos de Contabilidade devem seguir além de determinar a criação do Portal de Transparência com hospedagem no sítio dos Conselhos de Contabilidade para que seja garantido o acesso à informação.

No inciso 1º do art. 5º da Resolução CFC Nº 1.439/14 está citado quais são os módulos de informação mínimos que devem ser divulgados pelos Conselhos de Contabilidade. Os Conselhos deveram publicar:

- I - estrutura organizacional do Conselho de Contabilidade;
- II - execução orçamentária e financeira das receitas e despesas;
- III - diárias e passagens por projeto;
- IV - demonstrações contábeis e Balanço Socioambiental;
- V - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados;
- VI - contratos, convênios, acordos, ajustes e atos congêneres celebrados;
- VII - informações concernentes a concurso público, inclusive os respectivos editais e resultados; (Alterado pela Resolução CFC nº 1.469, publicada no DOU de 1º/12/2014, seção 1).
- VIII - quadro de pessoal e tabela salarial;
- IX - prestações de contas, inclusive relatórios de gestão e pareceres; (Alterado pela Resolução CFC nº 1.469, publicada no DOU de 1º/12/2014, seção 1).
- X - dados estatísticos; (Alterado pela Resolução CFC nº 1.469, publicada no DOU de 1º/12/2014, seção 1).
- XI - atos normativos;
- XII - perguntas e respostas. (BRASIL, CFC, 2013).

Além de citar as informações mínimas que devem ser divulgadas, a Resolução possui um anexo onde estabelece a periodicidade com que essas informações divulgadas devem ser atualizadas.

A fim de promover a transparência passiva a Resolução traz que os Conselhos devem criar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) tanto por meio físico como eletrônico. O SIC deverá atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre a tramitação de documentos, fazer os protocolos de documentos e requerimentos de acesso a informações e entregar os números de protocolo para que o requerente possa acompanhar a tramitação, e fazer o

encaminhamento das demandas às áreas responsáveis, conforme o grau de complexidade ou nível de competência (BRASIL, 2013).

Como forma de garantir meios que possibilitem o cumprimento da Resolução CFC Nº 1.439/13 e suas alterações, o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade devem criar Comissões Permanentes de Transparência. A Comissão Permanente de Transparência (CPT) deverá ter no mínimo 3 membros com mandato de 2 anos, e deverá acompanhar, assessorar e coordenar a aplicação da Lei de Acesso à Informação no sistema CFC/CRCs.

3 METODOLOGIA

Segundo Andrade (2010), metodologia é o conjunto de procedimentos sistemáticos, que se baseia no raciocínio lógico, com o objetivo de encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

3.1 Tipologia de Pesquisa

Tendo em vista isso, quanto aos objetivos a pesquisa será descritiva, pois tem como objetivo descrever a transparência nos Conselhos Regionais de Contabilidade segundo a Lei nº 12.527/11 e o Decreto nº 7.724/2012. Na pesquisa descritiva, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que haja a interferência do pesquisador (ANDRADE, 2010).

Quanto aos procedimentos será uma pesquisa bibliográfica, pois ira se utilizar de livros, páginas eletrônicas, monografias, artigos, leis, resoluções e outros documentos sobre o problema estudado, a pesquisa, portanto será realizada através de materiais já elaborados.

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, a abordagem qualitativa procura se ater na exploração, descrição e no entendimento do problema observado (LAKATOS; MARCONI, 2017).

3.2 Procedimentos metodológicos

A coleta de dados foi realizada por meio de *cheklist* nos portais eletrônicos dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o intuito do *cheklist* é atestar que todas as etapas ou itens de uma determinada lista foram cumpridas de acordo com o que foi previsto.

O *cheklist* foi elaborado com requisitos presentes nos art. 7º e 8º do Decreto nº 7.724/12 conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Quesitos utilizados para a coleta de dados

| Quesito | Base Legal |
|---|-----------------------------|
| 1- banner na página inicial para acesso a seção específica | Art. 7º do Decreto nº 7.724 |
| 2 - barra de identidade do Governo federal | |
| 3- estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público | |
| 4- informações sobre programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável e principais metas e resultados | |
| 5 - informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros | |
| 6- execução orçamentária e financeira detalhada | |
| 7 - informações sobre licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas | |
| 8 - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | |
| 9 - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade | |
| 10- contato da autoridade de monitoramento, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC | |
| 11 - formulário para pedido de acesso à informação | Art. 8 do Decreto nº 7.724 |
| 12- ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão | |
| 13- possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações | |
| 14 - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina | |
| 15 - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação | |
| 16- indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade | |
| 17 - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência | |

Fonte: Elaboração própria (2018)

Foi observado se os requisitos acima são atendidos ou não atendidos nos portais eletrônicos dos CRCs. A fim de estabelecer o nível de divulgação das

informações publicadas atribui-se pontuação aos quesitos, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 2 – Pontuação conforme grau de atendimento

| Atende | Não atende |
|--------|------------|
| 1,0 | 0,0 |

Fonte: Elaboração Própria (2018)

Considerando que o *checklist* tem 17 itens analisados, a pontuação máxima possível que cada CRCs pode obter é de 17 pontos, foi observada a pontuação de cada um dos CRCs analisados, e definido o nível de divulgação de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 3 – Nível de divulgação dos CRCs

| Insatisfatório | Satisfatório | Excelente |
|----------------|--------------|-----------|
| 0 – 8 | 9 – 13 | 14 – 17 |

Fonte: Elaboração Própria (2018)

Para os CRCs que fizeram de 0 a 8 pontos o nível de divulgação foi considerado insatisfatório, para os que fizeram de 9 a 13 pontos o nível de divulgação foi considerado satisfatório, e os que fizeram de 14 a 17 pontos foram considerados CRCs com excelente nível de divulgação em seus portais eletrônicos.

3.3 População e Amostra

Em uma população de vinte e sete Conselhos Regionais de Contabilidade no Brasil, foi escolhida uma amostra de nove Conselhos para ser analisados.

O critério para a seleção da amostra foi geográfico, pois foi escolhido analisar todos os portais eletrônicos dos CRCs da região nordeste do Brasil conforme quadro a seguir.

Quadro 4 – Endereços eletrônicos dos CRCs

| Estado | CRCs | Endereço eletrônico |
|---------------------|--------|---|
| Alagoas | CRC-AL | http://www.crcal.org.br/ |
| Bahia | CRC-BA | http://www.crcba.org.br/ |
| Ceará | CRC-CE | http://www.crc-ce.org.br/ |
| Maranhão | CRC-MA | http://www.crcma.org.br/ |
| Paraíba | CRC-PB | http://www.crcpb.org.br/ |
| Pernambuco | CRC-PE | http://www.crcpe.org.br/ |
| Piauí | CRC-PI | http://www.crcpi.com.br/ |
| Rio Grande do Norte | CRC-RN | http://www.crcrn.org.br/ |
| Sergipe | CRC-SE | http://www.crcse.org.br/ |

Fonte: Elaboração Própria (2018).

4 RESULTADOS

Após coletar e analisar os dados coletados foram obtidos os resultados apresentados a seguir.

4.1 Conformidade com os parâmetros da LAI

4.1.1 Quesito 1

Este quesito aborda sobre os portais eletrônicos terem um banner que redirecione o cidadão a sessão específica para o acesso a informação, foi buscado nos portais palavras-chaves como: transparência, portal de transparência, acesso à informação.

Esse quesito foi atendido por 100% dos CRCs analisados, esse resultado mostra que os CRCs têm implantado o acesso a informação em seus portais eletrônicos, mesmo que ainda seja algo a progredir como será mais bem observado na análise dos demais quesitos abaixo.

4.1.2 Quesito 2

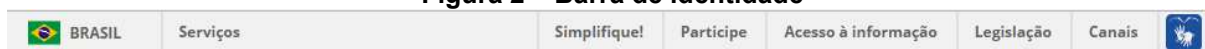
Este quesito se refere a presença do banner e barra de identidade do Governo Federal nos portais eletrônicos. O banner e a barra de identidade foram elaborados pela CGU para padronizar o visual dos portais eletrônicos.

Figura 1 – Banner de identidade



Fonte: Governo do Brasil (2018)

Figura 2 – Barra de identidade



Fonte: Governo do Brasil (2018)

Este quesito não foi atendido por nenhum portal eletrônico dos CRCs, tendo em vista que nenhum portal eletrônico analisado apresentou a barra de identidade do Governo Federal.

Os portais eletrônicos do CRC-AL, CRC-CE, CRC-PE e CRC-SE, apresentaram o banner de identidade do Governo federal, porém por não terem apresentado a barra de identidade não atenderam ao quesito.

4.1.3 Quesito 3

O quesito 3 se refere a divulgação de informações sobre a estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades e horários de atendimento ao público.

Todos os nove CRCs analisados atenderam a esse quesito em seus portais eletrônicos.

4.1.4 Quesito 4

Esse quesito verifica a divulgação de informações sobre programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável e principais metas e resultados nos portais eletrônicos dos CRCs.

Este quesito foi atendido por 100% dos CRCs analisados, tendo todos os portais eletrônicos dos CRCs analisados divulgado as informações referentes aos seus programas, projetos, ações, obras e atividades, apresentado inclusive um mesmo padrão de divulgação em todos os nove portais.

4.1.5 Quesito 5

O quesito 5 se refere a divulgação de informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros pelos CRCs.

O quesito não foi atendido por nenhum dos nove CRCs, pois todos os portais apresentavam os valores de transferência em seus balancetes financeiros, porém, nenhum CRCs apresentou informações mais detalhadas sobre de onde vinham os valores divulgados.

4.1.6 Quesito 6

Este quesito abrange a divulgação da execução orçamentária e financeira detalhada pelos CRCs em seus portais eletrônicos.

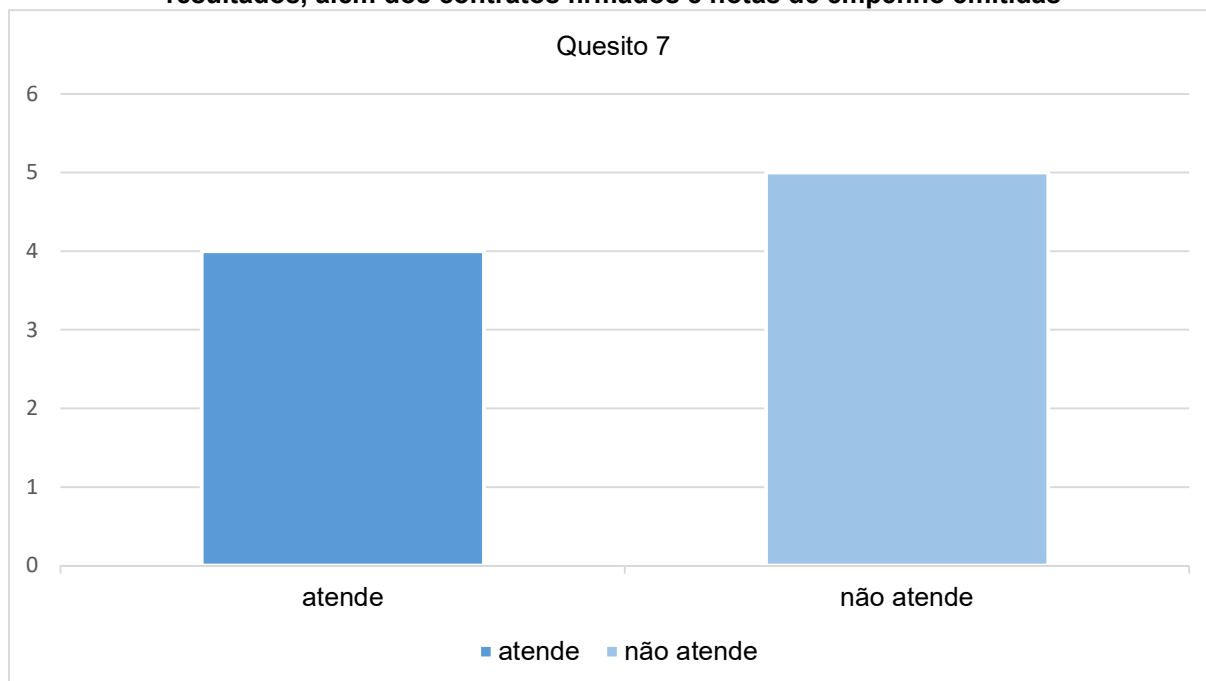
Todos os nove portais atenderam a este quesito tendo 100% deles divulgados as informações sobre a execução orçamentária e financeira, os CRCs tinham informações detalhadas de despesas, receitas, gastos com passagens e diárias e os pagamentos feitos. É importante destacar que mesmo havendo os valores das receitas, despesas e balancetes referentes ao ano de 2017, ainda não estava disponível em nenhum dos portais na data da coleta dos dados, que foi realizada na 1ª semana do mês de maio de 2018, as demonstrações referentes ao exercício de 2017.

4.1.7 Quesito 7

O quesito 7 busca verificar se os CRCs estão divulgando as informações referentes a licitações realizadas e em andamento, com seus editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas.

Foi atendido por quatro CRCs, com uma porcentagem de 44%, e não foi atendido por cinco CRCs com uma porcentagem de 56%, contabilizando os 100% como pode se observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Informações sobre licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas



Fonte: Elaboração própria (2018)

Os CRCs que atenderam totalmente a este quesito foram os CRC-AL, CRC-MA, CRC-PE e CRC-SE. Os que não atenderam foram os CRC-BA, CRC-CE, CRC-PB, CRC-PI e CRC-RN, os mesmos apresentaram informações sobre licitações, porem estavam incompletas, faltavam anexos, contratos e notas de empenho que completassem a informação.

4.1.8 Quesito 8

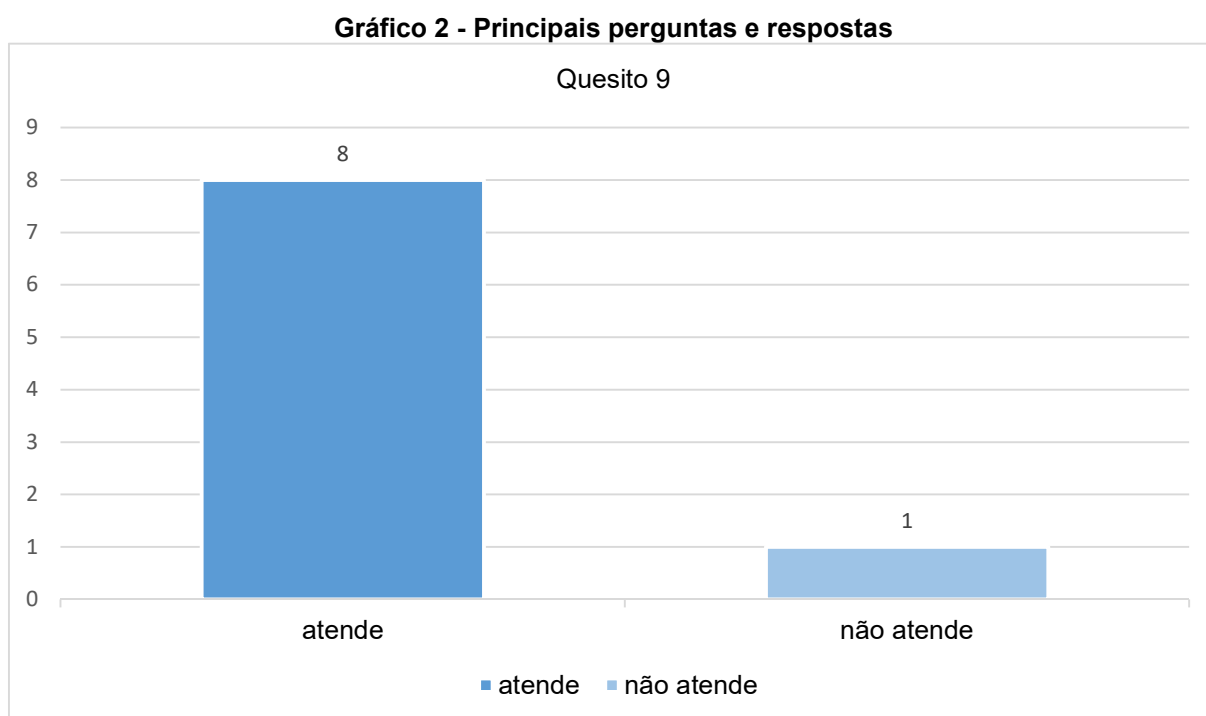
Esse quesito abrange as informações referentes a remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, que devem ser divulgadas nos portais eletrônicos.

Este quesito foi atendido por 100% do CRCs. Os CRCs apresentaram seções nos portais eletrônicos com informações sobre os valores de remuneração paga a cada servidor, juntamente com seus benefícios, auxílios e descontos.

4.1.9 Quesito 9

O Quesito 9 aborda sobre a disponibilidade nos portais eletrônicos, de respostas as principais perguntas feitas pela sociedade.

Dos nove CRCs observados, oito atenderam ao quesito com porcentagem de 89%, e um não atendeu ao quesito com porcentagem de 11% como é possível se observar no gráfico 2.



Fonte: Elaboração própria (2018)

Os portais eletrônicos que atenderam a este quesito foram os portais do CRC-AL, CRC-BA, CRC-CE, CRC-MA, CRC-PB, CRC-PE, CRC-RN e CRC-SE. O CRC-PI não atendeu ao quesito, pois apesar de haver uma seção de perguntas e respostas em seu portal eletrônico, a mesma não possuía as principais perguntas feitas pela sociedade, na verdade, continha arquivos divididos por anos com as perguntas que foram feitas através do e-SIC.

4.1.10 Quesito 10

Este quesito se refere a divulgação do contato da autoridade de monitoramento, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC nos portais dos CRCs.

Nenhum portal dos CRCs apresentou esse quesito, tendo 100% não atendido ao quesito. Ao clicar na seção SIC nos portais eletrônico dos CRCs todos redirecionaram para o e-SIC do CFC, mostrando a existência de uma unificação desse serviço em todos os portais, com isso não foi possível localizar o contato da autoridade de monitoramento responsável por cada estado.

4.1.11 Quesito 11

O quesito 11 trata da presença de formulário para pedido de acesso à informação nos portais eletrônicos dos CRCs.

Este quesito foi atendido por todos os nove portais dos CRCs analisados. O acesso ao SIC é unificado nos CRCs, para ter acesso ao formulário o cidadão deve fazer *login* com nome de usuário e senha, e caso seja o primeiro acesso o cidadão deve fazer seu cadastro no e-SIC do CFC. A possibilidade de os cidadãos ter acesso a esse formulário em todos os CRCs analisados, mostra que o CFC vem se preocupando com a transparência passiva.

4.1.12 Quesito 12

Este quesito abrange a presença de ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão nos CRCs.

Todos os nove portais eletrônicos analisados atenderam a esse quesito, a presença de ferramenta de pesquisa em todos os portais eletrônicos analisados mostra que os CRCs têm se preocupado com que o acesso a informação seja feito de forma objetiva e clara.

4.1.13 Quesito 13

Este quesito busca observar se nos portais dos CRCs é possível a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.

O quesito 13 foi atendido por 100% dos portais analisados, foi possível se observar que os portais eletrônicos dos CRCs se preocuparam em atender a este

quesito, tendo sido possível a gravação e visualização das informações em diferentes formatos de extensões.

4.1.14 Quesito 14

O quesito 14 observar a possibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.

O quesito foi atendido por 100% dos portais observados, todos os CRCs observados tinham banner na sua página inicial que redirecionavam a seção específica para o acesso a informação como foi mencionado anteriormente no quesito 1, essas seções específicas são banco de dados onde as informações são disponibilizadas abertamente, logo todos os portais atenderam este quesito tendo em vista que os sistemas externos são fonte de dados, e o acesso a esses dados foi possibilitado.

4.1.15 Quesito 15

Este quesito trata sobre a divulgação em detalhes dos formatos utilizados para estruturação das informações disponíveis nos CRCs.

Nenhum dos nove CRCs observados atenderam a este quesito. Este resultado mostra a falta de preparo dos CRCs em informar aos usuários da informação em detalhes quais são os formatos utilizados para a estruturação da informação em seus portais.

4.1.16 Quesito 16

O quesito 16 observa a presença de instruções que permitam ao cidadão comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.

Este quesito foi atendido por 100% dos CRCs analisados, pois todos os CRCs analisados possuíam uma seção específica em seus portais, onde era possível ter acesso ao número e e-mail da entidade. Alguns portais tinham um número geral outros tinham diversos números divididos por setores.

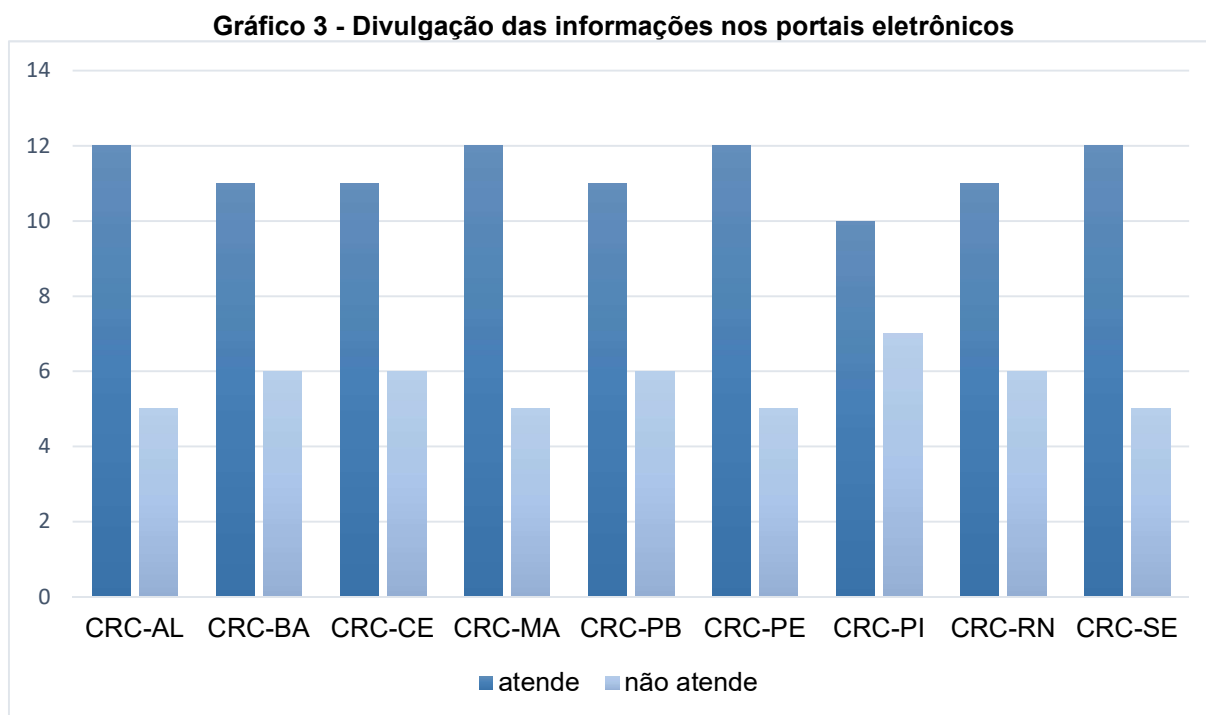
4.1.17 Quesito 17

Este quesito trata de os portais eletrônicos dos CRCs garantirem a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Infelizmente 100% dos CRCs analisados não atenderam a este quesito, nenhum dos portais eletrônicos dos CRCs apresentou ferramenta de acessibilidade em seus portais, o que acaba impossibilitando o acesso a informação a uma parte da população que necessita de recursos especiais para ter garantido o seu acesso a informação, dito isto, a acessibilidade de conteúdo a pessoas com deficiências é algo que necessita ser estudado mais afundo dentro dos CRCs, tendo em vista que nenhum atendeu a este quesito.

4.1.18 Resultado geral

Nenhum dos nove Conselhos Regionais de Contabilidade observados atenderam a todos os 17 quesitos do *checklist* elaborado com base no Decreto nº 7.724, como se é possível observar no gráfico 3.



Fonte: Elaboração própria (2018)

Os CRCs que mais atenderam aos quesitos observados foram os CRC-AL, CRC-MA, CRC-PE e o CRC-SE que atenderam a um total de 12 quesitos dos 17 observados. O CRC com o menor número de quesitos atendidos foi o CRC-PI atendendo a apenas 10 quesitos.

O CRC que apresentou o maior número de quesitos não atendidos foi o CRC-PI, com um total de 7 quesitos não entendidos. Os CRC-AL, CRC-MA, CRC-PE e CRC-SE não atenderam a 5 dos 17 quesitos, sendo estes o com menor número de quesitos não atendidos.

4.2 Nível de divulgação dos CRCs

Após verificar se os quesitos do *checklist* eram atendidos ou não atendidos pelos portais de transparência dos CRCs, foi aplicada pontuação conforme o quadro 2 para se determinar o nível de divulgação dos portais.

As pontuações obtidas por quesito pelos portais podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 5 - Pontuação total dos CRCs

| CRCs/ Quesitos | CRC-AL | CRC-BA | CRC- CE | CRC- MA | CRC- PB | CRC- PE | CRC-PI | CRC- RN | CRC- SE |
|-------------------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 4 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 7 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 8 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 9 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 11 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 12 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 13 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 14 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 16 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 12 | 11 | 11 | 12 | 11 | 12 | 10 | 11 | 12 |

Fonte: Elaboração própria (2018)

Todos os CRCs analisados apresentaram um nível satisfatório de divulgação em seus portais eletrônicos, tendo em vista que todos os portais tiveram pontuação de 9 a 13 pontos. Nenhum portal apresentou nível insatisfatório de divulgação, isso mostra que os CRCs estão buscando estar de acordo com o que é estabelecido na LAI. Em contrapartida nenhum portal apresentou um nível excelente de divulgação, o que mostra que os CRCs mesmo buscando atender a LAI falha em alguns aspectos que precisam ser melhorados ou atendidos para que se haja a excelência.

Abaixo podemos ver no quadro 5 o *ranking* da pontuação obtida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade:

Quadro 5 - Ranking de pontuação

| CRCs | Pontos | Nível |
|---------|--------|--------------|
| CRC-AL | 12 | Satisfatório |
| CRC-PE | 12 | Satisfatório |
| CRC-SE | 12 | Satisfatório |
| CRC- MA | 12 | Satisfatório |
| CRC- CE | 11 | Satisfatório |
| CRC-BA | 11 | Satisfatório |
| CRC-PB | 11 | Satisfatório |
| CRC-RN | 11 | Satisfatório |
| CRC-PI | 10 | Satisfatório |

Fonte: Elaboração própria (2018)

Os conselhos que obtiveram a melhor pontuação foi o CRC-AL, CRC-PE e o CRC-SE empatados com 12 pontos, e o com menor pontuação foi o CRC-PI com 10 pontos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo geral verificar se os Conselhos Regionais de Contabilidade estão atendendo aos parâmetros da Lei nº 12.527/11 através do Decreto nº 7.724/12.

Com o intuito de atender o objetivo, foi realizada uma revisão de bibliografia do assunto, e em seguida foi realizada a coleta de dados tomando como base ao art. 7º e 8º do Decreto nº 7.724/12 nos portais eletrônicos dos nove Conselhos Regionais de Contabilidade da Região Nordeste.

Após a análise dos dados foi possível constatar que apesar de terem atendido a maior parte, nenhum portal eletrônico dos CRCs analisados atenderam por completo aos parâmetros do Decreto nº 7.724/12 como foi possível observar no Gráfico 3. O CRC-AL, CRC-MA, CRC-PE e o CRC-SE atenderam a um maior número de quesitos, um total de 12 quesitos dos 17 observados. O CRC com o menor número de quesitos atendidos foi o CRC-PI atendendo apenas 10 quesitos dos 17 analisados.

Os portais eletrônicos dos CRCs estudados tiveram entre 10 e 12 pontos o que foi classificado como um nível satisfatório de divulgação. Apesar de terem atingido um nível satisfatório em relação as informações divulgadas em seus portais eletrônicos, os Conselhos Regionais de Contabilidade não atenderam a alguns quesitos do Decreto nº 7.724 ou o atenderam de forma incompleta.

Com isso concluiu-se que, levando como base os art. 7º e 8º do Decreto nº 7.724 a transparência nos portais eletrônicos dos Conselhos Regionais de Contabilidade tem muito a se melhorar, devendo os CRCs buscarem atender por completo os parâmetros da LAI, e fazer ampla divulgação de informações que permita a qualquer usuário independentemente da sua condição física ter uma visão mais transparente da entidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BATISTA, Raquel de Almeida. **Cumprimento da lei de acesso à informação pelos Conselhos Regionais de Contabilidade**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, Curso de Ciências Contábeis, Natal, 2016. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3864/1/RaquelAB_Monografia.pdf>. Acesso em: 16 Jan. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resolução CFC nº 1.439 de 25 de abril de 2013**. Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2013. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/001439>. Acesso em: 02 Mar. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 25 Fev. 2018

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm >. Acesso em: 13 Mar. 2018.

BRASIL. **Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Brasília: Diário Oficial da União, 1966.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação – LAI. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 19 Fev. 2018.

BRASIL. **Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 11 Fev. 2018.

COSTA, Beatriz Resende Marques; VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Responsabilidade social dos conselhos profissionais**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema1/2008-14144.pdf>>. Acesso em: 31 Jan. 2018.

CRUZ, C. F., FERREIRA, A. C. D. S., SILVA, L. M. D., & MACEDO, M. Á. D. S. **Transparência da gestão pública municipal**: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Revista de Administração Pública, n.46, p. 153–176, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>>. Acesso em: 31 Jan. 2018.

FERNANDES, Felipe Nogueira. **Conselhos profissionais e delegação de fiscalização de profissões regulamentadas**. Teresina: Revista Jus Navigandi, 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21519>>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

JARDIM, J. M. **A Lei de acesso à informação pública**: dimensões político-informacionais, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/332730839/JARDIM-Jose-Maria-a-Lei-Acesso-a-Informacao-Publica-Dimensoes-Politico-Informacionais>>. Acesso em: 26 Abr. 2018

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia científica**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004

MIRANDA, Júnia Marize Barros. **Qualidade das informações e efetividade da participação popular**: um estudo sobre o portal de transparência do município de Mariana-MG. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, Mariana, 2016. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/537/6/MONOGRAFIA_QualidadeInformacao7eEfetividade.pdf>. Acesso em: 31 Jan. 2018.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Série Provas & Concursos - Administração Pública**, 6. ed. São Paulo: Método, 2017.

ROSA, Tatiana Costa. **Lei de acesso à informação**: análise dos portais eletrônicos das universidades públicas federais da região sul do Brasil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Aberta do Brasil, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Pós-Graduação - Lato Sensu, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11936/TCCE_GA_EaD_2014_ROSA_TATIANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 Abr. 2018

SCHOTT, Lucas. **Nível de conformidade perante a lei de responsabilidade fiscal (LRF) e acesso à informação (LAI)**: Uma análise do portal de transparência do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRCRS. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168717/001022507.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 Jan. 2018.



FORMULÁRIO IX

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Transparência Pública nos Conselhos Regionais de Contabilidade da Região Nordeste.

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Autor(a): Jocilene Souza Fernandes

AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DA MONOGRAFIA

Eu, Professor Edson Franco de Moraes, autorizo o depósito da monografia do aluno Jocilene Souza Fernandes, matrícula 33403295. A apresentação do trabalho irá ocorrer no semestre 2017.2 com data a ser divulgada pela Comissão do TCC do curso de Ciências Contábeis.

João Pessoa, 22 de maio de 2018

Professor(a): Edson Franco de Moraes